



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

**NÍVEL E (Nível Superior)
PRODUTOR CULTURAL**

4 de dezembro de 2016

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **40 QUESTÕES OBJETIVAS**, sendo Conhecimentos Básicos - **8** de Língua Portuguesa, **4** de Informática e **8** de Administração Pública; **20** de Conhecimentos Específicos; e a **REDAÇÃO**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO**.
- 3 A prova de Redação valerá **10 pontos** e consistirá na elaboração de texto escrito com, **no mínimo, vinte (20) linhas e, no máximo, trinta (30) linhas**, com letra legível, em que serão avaliadas: fidelidade ao tema, objetividade, clareza, sequência lógica de pensamento e utilização correta das normas gramaticais.
- 4 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no **CARTÃO-RESPOSTA** e na **FOLHA DE REDAÇÃO**. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 5 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**.
- 6 A marcação do **CARTÃO-RESPOSTA** e a transcrição do texto definitivo para a **FOLHA DE REDAÇÃO** devem ser feitas com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul** confeccionada em material transparente.
- 7 O **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta e a Folha de Redação somente serão substituídos caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão e na folha não corresponderem aos seus.
- 8 A **FOLHA DE REDAÇÃO** não deverá ser assinada, rubricada, nem conter, dentro ou fora do espaço destinado à transcrição do texto definitivo, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato.
- 9 O **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** serão os únicos documentos considerados para a correção.
- 10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 11 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item **2** acima e assine a **LISTA DE PRESENÇA**. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 8:00 horas e término às 12:00 horas**, observado o horário de Santarém/PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito **1 (uma) hora** além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os **30 minutos** finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **BOLETIM DE QUESTÕES** não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 40.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

A SOCIEDADE PÓS-MORALISTA

1 “A sociedade Pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos”. Uma
2 denúncia da decadência social, feita por um pensador contemporâneo – Gilles Lipovetsky.

3 Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos
4 preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação
5 mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade
6 intimista e materialista. Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam
7 eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas. E como a cultura do cotidiano não é
8 mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos
9 direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa
10 que seja extrínseca a nós. As democracias abdicaram do contrapeso do dever infinito organizando-se não
11 propriamente à maneira de algo “sem fé nem lei”, mas segundo uma ética tênue e minimalista, “sem
12 obrigações nem sanções”. O encandeamento da história moderna levou à eclosão de uma estrutura de
13 gênero inédito: as sociedades pós-moralistas.

14 Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico,
15 somando-se à já prolífera família lexical dos chamados “pós”. Entretanto, que denominação caberia a um
16 gênero de cultura que só em situações muito excepcionais segue o preceito do “é preciso”, que difunde
17 muito mais as normas do bem-estar que as imposições supremas do ideal, que metamorfoseia a iniciativa
18 moral em entretenimento ou informação comercial? Como designar uma cultura de promoção dos direitos
19 subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora a etiqueta da ética sempre
20 apareça, a referência à necessidade de sacrifício nenhuma vez esteja presente? Sociedade pós-moralista:
21 assim entendemos uma sociedade que repudia a retórica do dever rígido, integral e estrito e, paralelamente,
22 consagra os direitos individuais à autonomia, às aspirações de ordem pessoal, à felicidade... É uma
23 sociedade que, em suas camadas mais profundas, deixou de estar baseada nas exortações ao cumprimento
24 integral dos preceitos, e que só procura acreditar nas normas indolores da existência ética. Eis a razão pela
25 qual nenhuma contradição existe entre o aumento de popularidade da temática ética e a lógica pós-
26 moralista, uma vez que a atual concepção de ética não exige nenhum sacrifício maior, nenhuma renúncia a
27 si mesmo. Nenhuma aceitação do dever heroico, mas reconciliação entre coração e festa, entre a virtude e
28 o interesse, entre os imperativos do futuro e a qualidade de vida do presente. Longe de representar uma
29 oposição frontal à cultura individualista pós-moralista, o impacto ético constitui uma de suas mais típicas
30 manifestações... Sociedade pós-moralista é, assim, a designação de uma época em que o sentido do dever
31 é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social, em que os
32 direitos subjetivos preponderam sobre os mandamentos imperativos, em que as lições de moral são
33 encobertas pelo fulgor de uma vida melhor, do irradiante sol das férias de verão, do banal passatempo das
34 mídias.

(http://www.nacionalismo.com.br/artigos/sociedade_pos_moralista.pdf). Texto com adaptações.

Glossário:

Hiperbóreos: Segundo a mitologia grega, **hiperbóreos** são povos que habitam o extremo norte da Europa e da Ásia em um território inalcançável, onde não há doenças nem guerras, e levam uma vida perfeita sem a ajuda dos deuses, sendo visitados somente durante o inverno por Apolo.

Edulcorado: adoçado; abrandado; suavizado.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

1 O texto “A Sociedade Pós-moralista” não afirma que a ética deixou de existir nas sociedades, mas sim que há o seu enfraquecimento. Essa ideia pode ser identificada em várias passagens do texto, com EXCEÇÃO da que se transcreve em

- (A) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
- (B) “As democracias abdicaram do contrapeso do dever infinito organizando-se não propriamente à maneira de algo ‘sem fé nem lei’, mas segundo uma ética tênue e minimalista, ‘sem obrigações nem sanções’.” (10 a 12)
- (C) “Sociedade pós-moralista: assim entendemos uma sociedade que repudia a retórica do dever rígido, integral e estrito e, paralelamente, consagra os direitos individuais à autonomia, às aspirações de ordem pessoal, à felicidade.” (20 a 22)
- (D) “É uma sociedade que, em suas camadas mais profundas, deixou de estar baseada nas exortações ao cumprimento integral dos preceitos, e que só procura acreditar nas normas indolores da existência ética.” (22 a 24)
- (E) “Sociedade pós-moralista é, assim, a designação de uma época em que o sentido do dever é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social (...)” (30 a 31)

2 Considere o trecho

“Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade intimista e materialista”. (3 a 6)

Com base nessa reflexão do texto, entende-se que uma sociedade que observa os preceitos superiores é, em síntese, aquela na qual

- (A) a vida política é verdadeiramente democrática, por permitir a igualdade de partilha dos bens sociais de acordo com as necessidades de cada um.
- (B) se combatem todas as manifestações contrárias ao respeito que se deve ao cidadão, independentemente de sua etnia, condição social, religião.
- (C) os princípios éticos/morais regem as instituições políticas, como instâncias que devem fazer valer a vontade e o interesse coletivo, bem como regem a conduta de cada sujeito social.
- (D) se instala uma democracia efetivamente participativa, em vista do direito que o cidadão tem à escolha de seus governantes e representantes.
- (E) há a renúncia dos cidadãos a aspirações de ordem pessoal, à felicidade individual em favor de uma vida menos materialista e mais religiosa.

3 Ainda sobre o trecho

“Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade intimista e materialista” (3 a 6), é correto afirmar que o verbo na primeira pessoa do plural (“estamos”) se refere

- (A) às sociedades em geral.
- (B) aos guardiães dos costumes morais.
- (C) aos idealizadores de um novo regime político.
- (D) aos pensadores que comungam com o autor a concepção de uma sociedade Pós-moralista.
- (E) ao autor e demais cidadãos participantes de uma sociedade distanciada de preceitos ético-morais.

4 Para mostrar figurativamente os traços da sociedade Pós-moralista, o autor utiliza a **linguagem conotativa** em

- (A) “A sociedade Pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos.” (1)
- (B) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
- (C) “O encandeamento da história moderna levou à eclosão de uma estrutura de gênero inédito: as sociedades pós-moralistas.” (12 e 13)
- (D) “Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’.” (14 e 15)
- (E) “Eis a razão pela qual nenhuma contradição existe entre o aumento de popularidade da temática ética e a lógica pós-moralista, uma vez que a atual concepção de ética não exige nenhum sacrifício maior, nenhuma renúncia a si mesmo.” (24 a 27)

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 5 Das relações de ideias estabelecidas no texto, expressa-se uma **relação de causa e consequência** no trecho
- (A) “Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação (...)” (3 e 4)
 - (B) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
 - (C) “E como a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa que seja extrínseca a nós.” (7 a 10)
 - (D) “Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’. Entretanto, que denominação caberia a um gênero de cultura que só em situações muito excepcionais segue o preceito do ‘é preciso’ (...)?” (14 a 16)
 - (E) “Como designar uma cultura de promoção dos direitos subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora a etiqueta da ética sempre apareça, a referência à necessidade de sacrifício nenhuma vez esteja presente?” (18 a 20)
- 6 Nas alternativas abaixo, apresentam-se paráfrases de partes do texto “A Sociedade Pós-moralista”. Identifique a que está de acordo com as regras de **concordância** e/ou **regência** da gramática da norma culta.
- (A) Tornou-se inútil, em nossas sociedades, todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas. Ou seja, estamos diante do que se chama sociedade Pós-moralista.
 - (B) E porque a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa que nos sejam extrínseca.
 - (C) As democracias (...) passaram a organizarem-se não propriamente à maneira de algo “sem fé nem lei”, mas segundo uma ética tênue e minimalista, “sem obrigações nem sanções”. O encandeamento da história moderna propiciou à eclosão de sociedades pós-moralistas.
 - (D) Provavelmente haverão aqueles que poderão manifestarem perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’. Entretanto, que denominação caberia a certas sociedades que, só em situações muito excepcionais segue o preceito do ‘é preciso’.
 - (E) Como designar uma cultura de promoção dos direitos subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora sempre apareçam os princípios da ética, a referência aos imperativos de sacrifício nenhuma vez esteja presente?

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 7 A linguagem dos textos técnicos e comunicações oficiais deve apresentar um estilo caracterizado por qualidades como adequação, clareza, coesão, coerência, concisão, precisão, objetividade, polidez. Considere a redação do texto abaixo, um exemplar do gênero “Aviso”:

A Sua Excelência o Senhor
[Nome e cargo]

Local e data

Assunto: **Seminário sobre uso de energia no setor público**

Senhor Ministro,

Convido Vossa Excelência, com muita honra, pelo orgulho que é realizar um evento como este, a participar da sessão de abertura do Primeiro Seminário Regional de Uso Eficiente de Energia no Setor, a ser realizado em 5 de novembro próximo, às 9 horas, no auditório da Escola Nacional de Administração Pública, localizada no Setor de Indústrias, zona sul, nesta capital.

O Seminário, que primou pela excelência de organização, inclui-se nas atividades do *Programa Nacional das Comissões Internas de Conservação de Energia em Órgãos Públicos*, instituído pelo Decreto nº XXX, de 20 de outubro de 1995.

Atenciosamente,

[nome e cargo do signatário]

Esse documento **Não atende** aos requisitos exigidos na comunicação oficial quanto à

- (A) concisão.
 - (B) polidez.
 - (C) coerência.
 - (D) correção gramatical.
 - (E) adequação de tratamento.
- 8 Em textos da comunicação oficial não cabem construções de sentido ambíguo. Esse preceito **Não** foi observado na redação do seguinte trecho de documento:
- (A) Senhor Ministro,
Encaminho, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 1990, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de seu projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste. (Ofício)
 - (B) Senhor Deputado,
Informo Vossa Excelência de que as medidas mencionadas em sua carta nº 6708, dirigida ao Senhor Presidente da República, estão amparadas pelo procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas instituído pelo Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991 (cópia anexa). (Ofício)
 - (C) Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Comunico a Vossa Excelência o recebimento das Mensagens SM nº 106 a 110, de 1991, nas quais se informa a promulgação dos Decretos Legislativos nºs 93 a 97, de 1991, relativos à exploração de serviços de radiodifusão. (Mensagem)
 - (D) Sr. Governador,
Cumprir-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, que as detenções dos estrangeiros expulsos, ou com processo de expulsão, não devem ultrapassar o prazo de noventa dias, a contar da data em que foi autorizada a detenção. (Ofício)
 - (E) Ao Senhor (nome e/ou cargo)
Assunto: Aquisição de Equipamentos de Informática
Nos termos do plano de estratégia estabelecido na reunião mensal de julho deste ano, solicitamos a Vossa Senhoria a tomada de orçamentos para aquisição dos novos equipamentos de informática para o departamento de Recursos Humanos. (Memorando)

INFORMÁTICA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

9 Considere as seguintes afirmativas.

- I Em computação, o termo *phishing* é uma forma de fraude eletrônica, caracterizada por tentativas de adquirir informações confidenciais de pessoas ou empresas através de mensagens falsas.
- II O *worm* é um código malicioso capaz de se propagar automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo entre computadores.
- III Os *firewalls* podem se apresentar sob duas formas: *software* e *hardware*. A primeira são programas que o usuário instala na máquina para realizar o controle das conexões, tanto as que entram, como as que saem. Já sob a forma de *hardware*, são equipamentos específicos que reforçam a segurança de uma rede.
- IV Um *cookie* é um pacote de dados enviados de um *website* para o navegador do usuário quando o usuário visita o *site*. Cada vez que o usuário visita o *site* novamente, o navegador envia o *cookie* de volta para o servidor para notificar atividades prévias do usuário.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) I, III e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.

10 São exemplos de protocolos padrão da Internet para recebimento e envio de e-mails

- (A) SMTP e HTTP.
- (B) IMAP e DNS.
- (C) ARP e NAT.
- (D) POP e SMTP.
- (E) POP e SMAIL.

11 Considere a planilha produzida no Microsoft Office Excel 2013 (configuração padrão).

	A	B	C
1	Valor da propriedade	Comissão	Total
2	100	7	
3	200	14	
4	300	21	
5	400	28	

Acerca da tabela acima, analise as afirmativas a seguir.

- I Se na célula C2 for inserida a fórmula =SOMASE(A2:A5;">150";B2:B5), o resultado será 63.
- II Se na célula C3 for inserida a fórmula =SE(A2>A3;B2;B3), o resultado será 7.
- III Se na célula C4 for inserida a fórmula =SOMA(A4:B5), o resultado será 749.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) III, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 12 Com relação aos procedimentos de *backup* é **incorreto** afirmar que
- (A) para a implementação do *backup*, deve-se levar em consideração a importância da informação, o nível de classificação utilizado, sua periodicidade de atualização e também sua volatilidade.
 - (B) durante o processo de *backup* deve-se determinar o nível de proteção a ser dado à determinada informação. Essa avaliação poderá então ser usada para determinar se um controle criptográfico é apropriado e qual tipo deve ser aplicado.
 - (C) dentre os principais itens a serem considerados em uma política para realização de *backup* está a execução de testes nas mídias que armazenam os *backups* para assegurar que os mantidos em ambiente interno e/ou externo estejam seguros e em perfeito estado para serem utilizados.
 - (D) volatilidade da informação é o período de tempo no qual a informação permanece atual e utilizada. Por exemplo, para os dados que não sofrerem alteração pelo período de trinta dias, somente será necessária a realização de um novo *backup* no trigésimo primeiro dia, conseqüentemente, sua retenção programada poderá ser para trinta dias.
 - (E) além dos *backups* realizados por empresas terceiras, como, por exemplo, provedores de *sites* de contingência, deve-se produzir uma cópia adicional de segurança dos *backups* considerados mais críticos para ser armazenada nas instalações da organização.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 13 O decreto nº 5.378/2005, que institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, define no Artigo 5º que a participação dos órgãos e entidades da administração pública no GESPÚBLICA dar-se-á mediante
- (A) adesão ou convocação.
 - (B) negociação ou acordo.
 - (C) habilidade de ouvir.
 - (D) reunião de reforço.
 - (E) avaliação de papéis.
- 14 Ainda com relação ao decreto nº 5.378/2005, no Artigo 3º, inciso III, consta que o Programa GESPÚBLICA deverá orientar e capacitar os órgãos e entidades da administração pública para a implantação de ciclos contínuos de avaliação e de
- (A) determinação de padrões de qualidade.
 - (B) análise dos custos internos.
 - (C) melhoria da gestão.
 - (D) simplificação de rotinas.
 - (E) determinação de normas.
- 15 O Decreto nº 5.825/2006, que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, define alguns conceitos como os citados no Artigo 3º, inciso IX, entre os quais o do processo de distribuição de cargos baseado em critérios de dimensionamento objetivos, previamente definidos e expressos em uma matriz, visando ao desenvolvimento institucional denominado
- (A) matriz de alocação de cargos.
 - (B) alocação de cargos.
 - (C) equipe de trabalho.
 - (D) avaliação de desempenho.
 - (E) processo de trabalho.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 16 A lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, estabelece no parágrafo 1º, Artigo XXIV, que o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira deverá conter: I - dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição; II - Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e o III que se denomina
- (A) Plano de Acompanhamento e Avaliação Continuada.
 - (B) Programa de Proposta Integradora dos Níveis Hierárquicos.
 - (C) Desenvolvimento de um Plano Institucional Estratégico.
 - (D) Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (E) Programa de Definição de Fatores Críticos de Sucesso.
- 17 A Lei nº 11.091/2005 apresenta, em seu Capítulo II, Artigo 3º, inciso VII, como princípios e diretrizes, o desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais. Essa vinculação é fundamental, pois as instituições precisam oferecer programas de capacitação e desenvolvimento que estejam diretamente relacionados aos propósitos organizacionais, atendendo ao desenvolvimento das competências de seus colaboradores de forma sustentável e contínua, como também à
- (A) melhoria dos processos de trabalho.
 - (B) formação da estrutura organizacional.
 - (C) especialização do pessoal de linha.
 - (D) dinamização das delegações de chefia.
 - (E) valorização das chefias estratégicas.
- 18 A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, estabelece, em seu Artigo 2º, que A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e
- (A) centralidade.
 - (B) flexibilidade.
 - (C) vulnerabilidade.
 - (D) aplicabilidade.
 - (E) anualidade.
- 19 Um processo de aprendizagem nunca está acabado, daí a necessidade de as instituições promoverem a formação continuada dos servidores, com vistas a agregar novos conhecimentos aos já existentes, em função das mudanças no próprio conhecimento, nas tecnologias e no mundo do trabalho. O Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional, estabelece orientações, com aprofundamento e avanço na formação dos servidores, quando define em suas Diretrizes, Artigo 3º, inciso V - estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional. Esse aprimoramento retorna ao próprio servidor e à instituição na qual ele trabalha, sob a forma de satisfação, motivação, conhecimento, maior produtividade e
- (A) otimização dos serviços.
 - (B) mudanças no cronograma dos projetos.
 - (C) burocracia dos serviços.
 - (D) manutenção das rotinas de trabalho.
 - (E) negociações adiadas.
- 20 A Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, considera, no parágrafo 2º do Artigo 1º, a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica como sendo um (uma)
- (A) grupo.
 - (B) entidade.
 - (C) assessoria.
 - (D) autoridade.
 - (E) órgão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um instrumento que objetiva nortear o Poder Público na formulação de políticas culturais. Seu compromisso fundamental é orientar ações que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil.

A respeito do PNC, analise as seguintes afirmativas.

- I Considerando que, de acordo com dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, citados no Plano Nacional de Cultura, 59% dos brasileiros nunca tiveram acesso à internet, o principal desafio para a política pública voltada à cultura digital se concentra nos programas de inclusão e acessibilidade.
- II Considerando que a Indústria Cultural, de acordo com dados do Banco Mundial, citados no Plano Nacional de Cultura, constitui um dos setores econômicos que mais cresce no mundo, com taxas de expansão ao redor de 6% ao ano e ganhos totais correspondentes a, aproximadamente, 7% do PIB do planeta, um dos objetivos do PNC é apoiar a formação de produtos culturais inseridos no mercado concorrencial global, capazes de disputar audiência internacional e de atrair divisas estrangeiras que impactem na produção nacional.
- III De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, produzidos no ano de 2006 e citados pelo Plano Nacional de Cultura, apenas 21,9% dos municípios brasileiros possuem museus. O perfil da distribuição territorial dos museus brasileiros ajuda a esclarecer a desigualdade regional do país e, para minorar essa situação, o PNC propõe a adoção de políticas de fomento aos museus comunitários, aos ecomuseus, aos museus de território, aos museus locais e a outros centros similares de preservação e difusão do patrimônio cultural, garantindo o direito de memória aos diferentes grupos e movimentos sociais.

- (A) Estão corretas I, II e III.
- (B) Todas as assertivas estão erradas.
- (C) Estão erradas as assertivas I e II.
- (D) Estão erradas as assertivas I e III.
- (E) Estão erradas as assertivas II e III.

22 Dentre as seguintes opções, **NÃO** constitui indicativo da Agenda 21 da Cultura:

- (A) Incorporar indicadores culturais nos cálculos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- (B) Estabelecer um novo instrumento jurídico internacional para reger a base das trocas de bens e serviços culturais entre Estados.
- (C) Estimular a Organização Mundial do Comércio a excluir os bens e serviços culturais das suas rodadas de negociação.
- (D) Implementar, na UNESCO, o Sistema Mundial de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) como uma plataforma digital que reunirá os dados estatísticos e indicadores culturais dos diversos Estados e povos.
- (E) Compreender os espaços públicos como bens coletivos que pertencem a todos os cidadãos.

23 De acordo com o conceito estruturalista de cultura, é correto afirmar que

- (A) a cultura é inata e, portanto, sinônimo de sociedade civilizada, erudição, refinamento e conhecimento humanístico.
- (B) cultura é o sistema ou as configurações de sistemas simbólicos que conformam o ethos de um grupo ou sociedade.
- (C) cultura corresponde aos hábitos e costumes que representam e identificam o modo de ser de um povo e seu estágio civilizatório.
- (D) cultura é o todo global que, com sua diversidade, caracteriza a humanidade.
- (E) o termo cultura se refere às artes e manifestações de um povo. Trata-se de um ethos que nasce com o povo e para esse povo.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

24 A respeito da temática dos direitos autorais, está **INCORRETO** dizer que

- (A) as possibilidades tecnológicas contemporâneas, estabelecidas pela facilidade em produzir, disponibilizar e distribuir cópias de obras artísticas, tendem a possibilitar novas formas de controle sobre os direitos autorais e a tornar mais eficientes as leis sobre o copyright.
- (B) a organização Mundial do Comércio (OMC), por meio do Trade Related Intellectual Property (TRIPs), inseriu a propriedade intelectual no âmbito do regime internacional de comércio de produtos e serviços, definindo os bens culturais como mercadorias sujeitas às mesmas condições comerciais que outros bens comerciais.
- (C) há dois modelos gerais de propriedades artísticas: o modelo francês do “direito autoral”, centrado na ideia de que o direito à propriedade intelectual é engendrado pelo ato criativo do artista; e o modelo anglo-saxão, o copyright, centrado na ideia de que o direito gerado pelo ato criativo pode ser concedido a um investidor.
- (D) a sugestão de que a informação não é um bem de consumo que se desgasta com o uso mas, ao contrário, algo que se amplia de acordo com a sua disseminação e o seu uso faz com que a questão da propriedade intelectual passe a ser colocada em novos termos.
- (E) o conceito de copyleft – trocadilho com o termo copyright – surgiu para garantir a reprodução de obras para fins não comerciais e para protegê-las da eventualidade de que alguém as coloque sob a licença de copyright.

25 A respeito do ato de prestação de contas de projeto cultural apoiado pelo Ministério da Cultura, considere as seguintes afirmativas

- I Os documentos fiscais apresentados devem conter a especificação do serviço prestado ou do material adquirido, conforme descritivo presente na planilha orçamentária aprovada pelo MinC para o projeto, e o indicativo de data de emissão compreendida entre a data da publicação da portaria de aprovação e autorização para a captação de recursos e a data de término do prazo de execução do projeto.
- II A prestação de contas é composta por duas análises, a primeira delas referente ao cumprimento do objeto, objetivos e finalidades do projeto, e a segunda referente à movimentação financeira.
- III As notas e comprovantes originais devem ser guardados por 10 anos, a contar da data da aprovação da prestação de contas, conforme art. 83, da Instrução Normativa 01/2013.

Está(ão) correta(s)

- (A) I e III, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) I, somente.

26 Constituem o patrimônio cultural imaterial

- (A) somente as tradições e/ou expressões vivas herdadas de nossos antepassados e repassadas aos nossos descendentes.
- (B) as tradições orais, as artes performáticas, as práticas sociais, os rituais e eventos festivos, os conhecimentos e práticas relativos ao uso dos recursos da natureza, os conhecimentos e habilidades necessários para o artesanato tradicional formados apenas em processos diacrônicos de cultura.
- (C) as tradições atuais e vividas na sua contemporaneidade. Ele é inclusivo, representativo e reconhecido como tal pela comunidade.
- (D) as práticas culturais advindas somente de raízes identitárias tradicionais de caráter endógeno.
- (E) a cultura popular e as tradições herdadas do passado, com exceção das práticas urbanas contemporâneas.

27 Sobre as práticas festivas e ritualísticas, é correto afirmar:

- (A) São atividades eventuais e, por essa razão, não contribuem para a estruturação da vida em comunidade e em grupo.
- (B) Nas sociedades urbanas, com exceção dos rituais políticos, não constituem vetores de coesão social e de identidade.
- (C) São vetores de memória e de construção das identidades.
- (D) Têm caráter comunitário e identitário e, por essa razão, estão unicamente presentes em regiões de conflitos étnicos.
- (E) Estão vinculadas apenas a comunidades de caráter não urbano e, assim, associadas a uma visão de mundo periférica.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 28 A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 150/2003, depois de uma tramitação de mais de uma década, foi aprovada, em dezembro de 2015, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na Câmara Federal. A proposta estabelece um piso constitucional para os investimentos em cultura nas seguintes bases:
- (A) 3,14% dos recursos do Fundo Social do Pré-sal.
 - (B) 1,5% da arrecadação federal de impostos; 1,0% da arrecadação estadual e 0,5% da arrecadação municipal.
 - (C) Ampliação da quota de renúncia fiscal do Governo Federal destinada ao incentivo à cultura para o equivalente a 1,5% do PIB.
 - (D) Constituição do Novo Fundo Nacional de Cultura com base em valores equivalentes a 5% dos recursos investidos em educação na Lei Orçamentária Anual (LOA).
 - (E) 2% da arrecadação federal de impostos; 1,5% da arrecadação estadual e 1% da arrecadação municipal.
- 29 O projeto cultural é um instrumento de planejamento de ações culturais construído com base em processos lógicos. Quanto ao assunto, é correto afirmar:
- (A) No projeto cultural de uma ação expográfica, compreende-se por “trama narrativa” da exposição o encadeamento, lógico ou emotivo, do acervo a ser exposto por meio da sua disposição sequencial em salas e espaços.
 - (B) Normalmente, devem constar do orçamento do projeto cultural todos os recursos utilizados na sua realização, com exceção daqueles configurados como “apoio cultural”.
 - (C) Os projetos culturais, em função de seu caráter extemporâneo, devem mencionar, dentre seus objetivos específicos, necessariamente, seu comprometimento com o resgate de tradições de referenciais identitários.
 - (D) No projeto cultural de um show musical, é necessário anexar o alvará de autorização do evento, o qual, conforme a Resolução 1.512/2008 do Ministério da Cultura, precisa conter, dentre outros elementos, plano de evacuação do ambiente em caso de incêndio.
 - (E) A planilha de custos de um projeto cultural constitui um elemento complementar ao projeto, importante mas dispensável, em função do caráter criativo da ação cultural.
- 30 De acordo com a Instrução Normativa nº 8, de 11/05/2016, que estabelece os procedimentos relativos à Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), esta última dispõe dos seguintes instrumentos de apoio, fomento e parceria, EXCETO:
- (A) Celebração de Termo de Compromisso Cultural (TCC) com Pontos e Pontões de Cultura juridicamente constituídos, visando ao fomento a projetos culturais.
 - (B) Premiação de projetos, iniciativas, atividades, ou ações com Pontos e Pontões de Cultura.
 - (C) Concessão de bolsas a pessoas físicas, visando ao desenvolvimento de atividades culturais que colaborem para as finalidades da PNCV.
 - (D) Estabelecimento de parcerias entre a União, os entes federados e as instituições públicas e privadas.
 - (E) Financiamento de projeto cultural proposto por Pontos e Pontões de Cultura ao Fundo Nacional de Cultura.
- 31 A Lei 8.313, também conhecida como “Lei Rouanet”, vige há 25 anos no Brasil e possui a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor cultural por meio de três instrumentos: o Incentivo, ou melhor, o apoio a projetos culturais por meio de instrumentos de renúncia fiscal; o Investimento por meio do Fundo Nacional de Cultura (FNC); e o Investimento de mercado por meio dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart). Quanto à Lei Rouanet, é correto afirmar:
- (A) Historicamente, a Lei Rouanet privilegiou o instrumento do incentivo, em detrimento dos demais e, por isso, embora não possuía esta formação inicial, acabou se tornando sinônimo de incentivo fiscal.
 - (B) Nesses 25 anos, o FNC não dispôs de prerrogativas que garantissem nem o seu crescimento e nem um aporte regular de recursos.
 - (C) A preponderância do modelo da renúncia fiscal impactou, historicamente, exclusivamente sobre o modelo do Incentivo, considerando que o FNC e os Ficart não admitem investimentos produzidos por meio da renúncia sobre o Imposto de Renda.
 - (D) Tanto o Incentivo como o FNC tendem a se converter, no modelo da Lei Rouanet, em mero instrumento de renúncia fiscal, porque ambos facilitam a aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, no apoio direto a projetos culturais – as ações de incentivo – ou em contribuições ao FNC.
 - (E) Os Ficart não foram viabilizados em função da ausência de políticas públicas capazes de assegurar seu modelo.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

32 Podem apresentar projetos à Lei 8.313, também conhecida por “Lei Rouanet”, as seguintes pessoas e organizações, EXCETO:

- (A) Cooperativas, fundações e ONGs, com ou sem fins lucrativos, com qualquer tempo de atividade, desde que comprovadamente atuantes na área cultural.
- (B) Pessoas jurídicas públicas da administração indireta (autarquias, fundações culturais etc.), desde que possuam de natureza cultural.
- (C) Pessoas jurídicas privadas com fins lucrativos, desde que possuam natureza cultural e com, no mínimo, dois anos de atividade.
- (D) Pessoas jurídicas privadas sem fins lucrativos, desde que possuam natureza cultural e com, no mínimo, dois anos de atividade.
- (E) Pessoas físicas com atuação comprovada na área cultural.

33 A respeito do funcionamento da Lei Rouanet, analise as seguintes afirmativas.

- I Os projetos submetidos à Lei Rouanet obedecem, habitualmente, à seguinte ordem de etapas: a) análise da sua admissibilidade, realizada pela Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic); b) análise técnica de parecerista especialista na área do projeto; e c) análise pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC).
- II A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) é um colegiado de assessoramento do Ministério da Cultura composto por 21 membros da sociedade civil, oriundos das cinco regiões brasileiras e representantes dos seguintes setores artísticos e culturais: artes cênicas, audiovisual, música, artes visuais, patrimônio cultural e humanidades.
- III As propostas culturais à Lei Rouanet devem ser inscritas no Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) entre os dias 1º de fevereiro e 30 de novembro de cada ano.

Está(ão) correta(s)

- (A) I, II e III.
- (B) II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I e II, somente.

34 Ao se pensar tradições e expressões orais como vetores do patrimônio imaterial, é correto afirmar que

- (A) a língua falada, nas suas mais diversas formas expressivas, tais como provérbios, adivinhações, histórias e estórias, rimas, lendas, canções e cantigas, poesias, faz parte apenas de uma limitada expressividade cultural, não se caracterizando como tradição de um povo.
- (B) a tradição oral muitas vezes representa uma parte significativa das celebrações culturais e festivas, para permitir que a criatividade tradicional encontre novas formas de expressão.
- (C) a parte mais importante para a salvaguarda das tradições e das expressões populares consiste em deixá-las registradas em suporte técnico para gerações futuras.
- (D) as culturas ágrafas têm pouco poder de manutenção e transmissão de suas tradições.
- (E) o alcance da língua é limitado no que concerne a transmitir conhecimento, valores culturais e sociais e memória coletiva, visto seu papel não ser vital para a manutenção das culturas vivas.

35 Leia o seguinte texto, de Cury (2005).

“O ato deliberado de preservar um objeto e adentrá-lo no mundo dos museus, no seu sentido amplo, impõe uma série de ações com relação a sua inserção no processo museológico, ou curatorial, ou seja, o estudo desse objeto, inserindo-o em uma problemática de conhecimento; conservação da sua integridade física; documentação museológica e comunicação.” (Cury, 2005: 52-3)

A respeito das práticas museológicas, é correto afirmar:

- (A) O ato deliberado de preservar um objeto significa preservá-lo a qualquer custo em relação às intempéries que podem afetar a sua integridade física.
- (B) O processo museológico não tem como objetivo conferir sentido particular e específico a um objeto.
- (C) A seleção do objeto não é intencional; assim não implicando mudança no seu status.
- (D) O estudo do objeto é secundário diante do contexto e do acervo.
- (E) A ação museológica equivale a selecionar por valorização, transformando o objeto selecionado num vetor contextual em relação ao interesse da sociedade que o preserva.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 36 O Artigo 216-A da Constituição Federal, no seu §1º, estabelece os princípios do Sistema Nacional de Cultura, EXCETO:
- (A) Diversidade das expressões culturais.
 - (B) Universalização do acesso aos bens e serviços culturais.
 - (C) Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais.
 - (D) Defesa do caráter plurianual do Plano Nacional de Cultura.
 - (E) Transversalidade das políticas culturais.
- 37 A autarquia federal encarregada especificamente de promover a preservação do Patrimônio Cultural no território nacional é o(a)
- (A) Instituto Brasileiro dos Museus.
 - (B) Fundação Joaquim Nabuco.
 - (C) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
 - (D) Serviço do Patrimônio Histórico Nacional.
 - (E) Fundação Nacional de Artes.
- 38 As estratégias de comunicação das ações culturais se tornam cada vez mais dinâmicas, devendo o produtor cultural saber fazer uso, na sua atividade profissional, das ferramentas, tecnologias, práticas e usos da cultura digital. Um dos conceitos básicos desse ambiente é o de “cultura da convergência”, empregado correntemente para se referir à(ao)
- (A) constituição de uma agenda informativa comum.
 - (B) emprego de tecnologias de ponta na ação de marketing digital.
 - (C) transformação do conceito de veículos de comunicação de massa em webmídias, com a consequente polarização dos fluxos de rede.
 - (D) sobreposição de mídias e de veículos informativos numa coerência de rede instrumental.
 - (E) migração das tecnologias para a plataforma digital, com a consequente sobreposição de práticas de linguagem e estratégias de comunicação.
- 39 “Eis aí a essência mesma do Museu: a criatividade, a espontaneidade, a tradição oral. A origem do Museu não está, portanto, sujeita a um lugar específico, nem a um conjunto específico de referências: ele é fato dinâmico, eternamente a conjugar memória, tempo e poder, recriando-se continuamente para ‘seduzir o ouvinte pela sua voz’. Podemos, então, percebê-lo como fenômeno, como algo que se dá em processo, essencialmente vinculado à dinâmica dos processos culturais. E compreender que, como fenômeno, se manifesta e faz presente na experiência humana de diferentes maneiras: o Museu se dá em pluralidade.” (Scheiner, 2008: 42)
- De acordo com o texto de Scheiner, é **INCORRETO** definir o museu como
- (A) um nome genérico dado a um conjunto de manifestações simbólicas, em diferentes tempos e espaços, desenvolvidas por grupos sociais específicos, em momentos determinados de sua trajetória no tempo.
 - (B) o resultado da relação entre homem, cultura e meio ambiente, em cada época, em cada lugar.
 - (C) meio de comunicação, de democratização da informação, construção e fomentação de conhecimento.
 - (D) uma organização social situada em uma estrutura contraditória de reverberação da experiência humana.
 - (E) uma estrutura arquivística sólida, universalmente compreendida como a memória da sociedade.
- 40 A respeito do marketing cultural, é correto afirmar que se trata de um(uma)
- (A) ação estratégica de natureza publicitária que objetiva divulgar bens e serviços em nichos especializados da sociedade.
 - (B) atividade estratégica que tem o propósito de viabilizar o consumo de produtos e serviços de natureza cultural.
 - (C) ação estratégica de natureza administrativa e gerencial que objetiva persuadir nichos específicos da sociedade a adotarem determinadas perspectivas culturais.
 - (D) processo de satisfação das demandas de fruição e de enriquecimento cultural da sociedade.
 - (E) atividade mercadológica voltada para a divulgação de ações culturais.

REDAÇÃO

Texto complementar

DIFERENÇA ENTRE MORAL E ÉTICA

Moral – A Moral se refere às normas e leis que regem uma sociedade. Ela muda de local para local, de época para época e de cultura para cultura, de forma que se casar com mais de uma mulher no Brasil vai contra a legislação, logo vai contra as normas e leis da sociedade brasileira, sendo, assim, imoral. Mas em países árabes, por exemplo, a poligamia é permitida e exercida, lá isso é algo moral. Na sociedade urbana é imoral andar nu, é um atentado ao pudor, previsto por lei, mas numa sociedade de índios (principalmente se estes não tiveram contato com o homem urbano, o que já é muito difícil hoje em dia) é algo natural, é moral.

Ética – A Ética se refere ao meu comportamento em relação com o outro, se o que eu faço é bom tanto para mim quanto para o outro estou sendo ético. Um exemplo prático do dia a dia onde a maioria se comporta de maneira antiética: Se você encontra uma carteira na rua, vê que ela tem identificações e até endereço do dono, por ética deveria ir até o endereço e devolver a carteira, certo? Mas fazemos mesmo isso? A maioria das pessoas ficaria com a carteira mesmo assim, e ainda se livraria dos documentos e de qualquer coisa que provasse que a carteira não era sua. Isso é uma postura antiética.

Agora você vê a diferença? Ética e Moral andam muito juntas (ou deveriam andar), mas uma coisa pode ser ética, mas não moral, e vice-versa. As legislações tentam, mesmo que não conseguindo sempre, normatizar conceitos éticos. Estes estão firmados no caráter humano, de forma que o homem sabe o que é ético, mesmo optando por não realizá-lo.

(<https://rafaeldecastrorig.wordpress.com/2010/08/12/etica-e-moral-voce-sabe-a-diferenca/>)

O quadro político-social brasileiro mostra consequências do enfraquecimento dos princípios de conduta ética/moral na vida política (corrupção, escândalos políticos, subjugação dos interesses coletivos pelos individuais) que se refletem, naturalmente, na vida da sociedade (violência, criminalidade, exclusão social). Diante desse estado de coisas, os cidadãos têm sido levados a concluir que “sempre foi assim, nada pode fazer isso mudar...”.

Considerando as ideias do texto “As sociedades Pós-moralistas”, poderíamos pensar que o Brasil vai se tornando uma sociedade desse tipo e, então, nos perguntarmos: O que está na origem desse processo de debilitação do País? Qual seria um caminho possível (ou caminhos possíveis) para construir uma nação marcada pela consciência ética e retidão moral?

Escreva um texto, em prosa, em que você responda a esses questionamentos, atendendo aos critérios de coesão, coerência, consistência argumentativa, adequação da escrita.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Tema:	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	